

Inversão locativa e sintaxe de concordância no português brasileiro

Juanito Ornelas de Avelar
Universidade Estadual de Campinas

Resumo: Adotando pressupostos do Programa Minimalista (CHOMSKY 2000, 2001), este trabalho explora a hipótese de que o português brasileiro apresenta padrões de inversão locativa com constituintes locativos preposicionados realizados na posição sintática destinada ao sujeito argumental da sentença. Algumas particularidades associadas a esses padrões serão analisadas como resultantes de propriedades da concordância sujeito-verbo, em contraste com a variedade europeia.

Palavras-chave: locativos preposicionados, concordância, posição de sujeito, Caso, Programa Minimalista

Locative Inversion and the Syntax of Agreement in Brazilian Portuguese

Abstract: Adopting the Minimalist Program framework (CHOMSKY 2000, 2001), this paper suggests that, in Brazilian Portuguese, sentences with a locative prepositional phrase in preverbal position can be characterized as instances of locative inversion in which prepositional constituents occupy the grammatical subject position. It will be proposed that particularities involving the patterns of locative inversion in Brazilian Portuguese derive from properties of the subject-verb agreement in this language.

Keywords: locative prepositional phrases, agreement, subject position, Case, Minimalist Program

Introdução

No português brasileiro, alguns verbos transitivos admitem que seu argumento externo seja antecedido de uma preposição locativa, como em (1)-(3) a seguir. Em princípio, essa variação poderia ser explicada pelo fato de, nas construções em questão, o argumento externo de *vender*, *gravar* e *servir* receber uma interpretação locativa, condição que autorizaria a introdução do argumento por uma preposição de valor igualmente locativo.¹

- (1) a. *Aquela loja* vende livro.
b. *Naquela loja* vende livro.
- (2) a. *O meu DVD* grava qualquer tipo de filme.
b. *No meu DVD* grava qualquer tipo de filme.
- (3) a. *Esse restaurante* serve todo tipo de salada.
b. *Nesse restaurante* serve todo tipo de salada.

Contudo, para obter o mesmo significado que conferimos às sentenças em (b), falantes do português europeu recorrem ao pronome *se* impessoal, como em (4a) a seguir, ou à estratégia de indeterminação do sujeito em que o verbo é flexionado na terceira pessoa do plural, como em (4b). Diante disso, não podemos radicar a variação em (1)-(3) apenas na identidade entre o valor da preposição e a interpretação do argumento externo. Se toda a história se limitasse a esse aspecto, o esperado seria que o português europeu também admitisse o mesmo tipo de variação.

- (4) a. *Naquela loja se vende(m) livros.*
b. *Naquela loja vendem livros.*

Neste trabalho, adoto pressupostos da versão minimalista da Teoria de Princípios e Parâmetros (Chomsky 1995, 2000, 2001) para delinear uma hipótese que permita explicar por que a variação atestada em (1)-(3) é possível no português brasileiro. Dando continuidade ao trabalho de AVELAR & CYRINO (2009), assumo que a ocorrência de sintagmas locativos preposicionados numa posição destinada a constituintes nominais sem preposição deve ser incluída entre os casos da alternância sintática que se convencionou chamar de **inversão locativa**. Análises desenvolvidas dentro de diferentes quadros teóricos tendem a argumentar que as sentenças resultantes de inversão locativa devem ser tratadas como construções em que um constituinte locativo (geralmente não-argumental) ocorre na posição gramaticalmente destinada a um sujeito argumental.²

Explorando então a idéia de que sintagmas locativos preposicionados podem ocorrer na posição gramatical destinada ao sujeito, vou sugerir que o contraste entre o português brasileiro e o português europeu no que diz respeito à variação em (1)-(3) deriva de particularidades da sintaxe de concordância em uma e outra variedade. Mais especificamente, vou propor que o paradigma flexional do português brasileiro “autoriza” relações de concordância (num sentido que irei precisar) entre o verbo e um locativo preposicionado.

O trabalho é assim dividido: na seção 1, apresento os testes a que AVELAR & CYRINO (2009) recorrem para diagnosticar o estatuto de locativos preposicionados como elementos alocados na posição sintática destinada ao sujeito; na seção 2, abordo os pressupostos do Programa Minimalista que nortearão a análise; nas seções 3 e 4, argumento em favor da idéia de que os padrões de inversão locativa atestados no português brasileiro se devem a particularidades da sua sintaxe de concordância; na seção 5, apresento as considerações finais.

1. Padrões de inversão locativa no português brasileiro

AVELAR & CYRINO (2009) mostram que, em construções como aquelas em (10)-(11) a seguir, o sintagma locativo preposicionado em posição pré-verbal comporta-se sintaticamente da mesma forma que sujeitos argumentais quando estes aparecem em posição pré-verbal. Para evidenciar esse comportamento, os autores recorrem a testes que permitem diagnosticar o estatuto de sintagmas locativos como sujeitos gramaticais (ou seja, como realizados na posição sintática de sujeito).³ Esses testes são apresentados a partir de 1.1 a seguir.

(10) construções com verbos inacusativos e inergativos

- a. *Na festa vai aparecer* muita gente.
- b. *Naquele quarto dorme* criança.
- c. *Naquela fábrica trabalha* um amigo meu.

(11) construções com verbos tipicamente transitivos

- a. *Na loja do Pedro não conserta* sapato de couro.
- b. *Naquele fazenda plantava* beterraba.
- c. *Nas cidades do interior não seqüestra* tanto como nas grandes capitais.

1.1 Obrigatoriedade do constituinte locativo em contextos com sujeitos pós-verbais

Os dados de (a) em (12)-(14) a seguir mostram que o sintagma locativo preposicionado (doravante, PP_{LOC}, em referência a *Locative Prepositional Phrase*) é opcional nos casos em

que o sujeito temático é pré-verbal; em contraste, nos casos (sem ancoragem contextual) em que o sujeito temático é pós-verbal, como em (12b), ou quando esse sujeito não é manifesto, como em (13b)-(14b), a construção é sintaticamente mal-formada se um PP_{LOC} não estiver presente (cf. (12c)-(14c)).⁴


- (12) a. (*Naquele quarto*) várias pessoas dormiram.
b. * Dormiu/Dormiram várias pessoas.
c. *Naquele quarto* dormiu/dormiram várias pessoas.
- (13) a. (*Naquela loja*) o Pedro vende todos os tipos de livro.
b. * Vende todos os tipos de livro.
c. *Naquela loja* vende todos os tipos de livro.
- (14) a. (*Nas cidades do interior*) o tráfico não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).
b. * Não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).
c. *Nas cidades do interior* não seqüestra tanto (como nas grandes capitais).

Especificamente em (13b)-(14b), a má formação pode ser, à primeira vista, explicada pela não-saturação da grade temática dos verbos *vender* e *seqüestrar*, já que seu argumento externo não se encontra realizado. A mesma explicação, contudo, não pode ser aplicada à construção em (12a), uma vez que *dormir* é mono-argumental e, portanto, a ocorrência do sintagma nominal *várias pessoas* é suficiente para saturar a sua grade temática. Considerando esses fatos, AVELAR & CYRINO (2009) concluem que a presença do locativo é um requerimento gramatical, e não argumental/semântico: esse elemento ocupa a mesma posição que o sujeito argumental ocuparia se estivesse presente na sentença e/ou realizado na posição pré-verbal. Os fatos em (12)-(14) nos levam, portanto, a acreditar que o locativo “faz as vezes” do constituinte que corresponde ao sujeito argumental quando, por alguma razão, esse constituinte não está disponível para ocorrer na posição gramatical do sujeito.

1.2 Alçamento

Em construções com o verbo de alçamento *parecer*, o PP_{LOC} não pode ser realizado imediatamente à esquerda do verbo infinitivo na oração encaixada, como mostram os

exemplos em (a) de (15)-(16) a seguir, mas devem ser antepostos ao verbo da oração matriz.⁵ Esse fato pode ser facilmente explicado se considerarmos que, assim como um sintagma nominal alocado na posição de sujeito da oração encaixada infinitiva (ver os dados em (c)-(d)), o PP_{LOC} também precisa ser alçado para a oração matriz quando se encontra na posição de sujeito do mesmo tipo de oração, conforme indicado em (17).

- (15) a. * Parece *naquele shopping* trabalhar muita gente.
b. *Naquele shopping* parece trabalhar muita gente.
c. * Parece *muita gente* trabalhar naquele shopping.
d. *Muita gente* parece trabalhar naquele shopping.
- (16) a. * Parece *naquela loja* vender bastante sapato.
b. *Naquela loja* parece vender bastante sapato.
c. * Parece *aquele funcionário* vender bastante sapato.
d. *Aquele funcionário* parece vender bastante sapato.
- (17) [PP *naquele shopping*]_i parece [t_i trabalhar muita gente]


1.3 Co-indexação entre sujeitos de orações coordenadas

O sujeito nulo referencial de uma oração coordenada precisa, no português brasileiro, ser co-indexado ao sujeito da oração que corresponde ao primeiro membro da coordenação. Em (18a) a seguir, por exemplo, a categoria vazia (cv) que aparece na posição de sujeito da oração com *morar* deve ter o mesmo referente que o sujeito da oração com *trabalhar*.

- (18) a. [Muita gente]_i trabalha naquela fábrica e cv_i mora do outro lado da cidade.
b. * *Naquela fábrica* trabalha [muita gente]_i e cv_i mora do outro lado da cidade.
c. [*Naquela fábrica*]_i trabalha muita gente e ainda assim cv_i vai contratar mais cem funcionários até o final do ano.

Contudo, se o sujeito da oração correspondente ao primeiro membro da coordenação for posposto ao verbo, a co-indexação é bloqueada, resultando na agramaticalidade da construção: em (18b), o sujeito do primeiro membro da coordenação é posposto ao verbo, e a co-indexação com a categoria vazia na posição de sujeito da oração com *morar* não pode ser estabelecida. Observe-se que, se um PP_{LOC} estiver realizado em posição pré-verbal dentro do primeiro membro da coordenação, a categoria vazia passa a ter o mesmo índice que ele: em

(18c), a categoria vazia que aparece na posição de sujeito da oração com *contratar* deve ter o mesmo referente que o sintagma nominal interno ao PP_{LOC} na posição pré-verbal da primeira oração (ou seja, o sentido da segunda oração coordenada deve ser equivalente a *Aquela fábrica vai contratar mais de cem funcionários até o final do ano*). Esse fato mostra que o locativo preposicionado em posição pré-verbal se comporta como estando na posição gramatical de sujeito quando o sujeito argumental se encontra realizado em outra posição.

1.4 Estatuto de foco e locativos pré-verbais

Segundo FERNANDEZ-SORIANO (1999), somente alguns tipos de verbos mono-argumentais admitem a ocorrência de PP_{LOC} em posição de sujeito no espanhol. Dentre os fatos explorados pela autora, estão aqueles que dizem respeito ao contraste observado em (20) a seguir: sentenças em que verbos do tipo *faltar* e *sobrar* ocorrem com locativos pré-verbais e sujeitos pospostos podem ser apresentadas como respostas a uma pergunta do tipo *¿Qué pasa / pasó?*, mas não sentenças com o inacusativo *llegar* ou com o inergativo *rodar*.

- (20)
- a. - *¿Qué pasa / pasó?*
 - b. - En esta casa *falta* café.
- En esta classe *sobran* estudantes.
- # Por la colina *rodó* el carrito del niño.
- # A esta casa *llegaron* estudantes.

Para a autora, a explicação para esse contraste passa pelo fato de o PP_{LOC} ocupar uma posição argumental nas construções com *faltar* e *sobrar*; nas outras, o PP_{LOC} ocuparia a posição periférica de tópico, externa à posição gramatical de sujeito. Isso significa que aquelas sentenças, mas não estas, podem ser integralmente interpretadas como foco e, em tal condição, serem dadas como resposta à indagação *¿Qué pasa / pasó?*. Ou seja, somente na posição de sujeito, mas não na de tópico, pode o PP_{LOC} integrar uma resposta a essa pergunta.

Os exemplos em (21) a seguir mostram que, em contraste com o espanhol, o português brasileiro autoriza a interpretação de foco com locativos pré-verbais tanto para sentenças

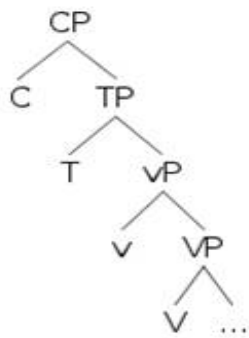
inacusativas com verbos do tipo *chegar* quanto para sentenças com verbos inergativos e transitivos. Se a proposta de Fernandez-Soriano for válida, isso significa que o PP_{LOC} deve estar na posição de sujeito, e não em uma posição periférica à esquerda (onde seria interpretado como tópico), em todos os casos a seguir.

- (21) a. - O que está/estava acontecendo? / - O que aconteceu?
 b. - Na casa da Maria *'tá chegando* / *chegou* umas pessoas estranhas.
 - Na casa da Maria *'tá dormindo* / *dormiu* umas pessoas estranhas.
 - Naquela loja *'tava vendendo* / *vendeu* livros importados na semana passada.
 - No centro da cidade *'tá seqüestrando* muita gente.

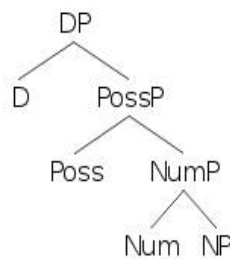
2. Pressupostos

Nesta seção, apresento os pressupostos do Programa Minimalista que nortearão a análise sobre a ocorrência de PP_{LOC} em posição de sujeito no português brasileiro. Vou assumir as configurações em (22), (23) e (24) a seguir para a arquitetura sintática da sentença, do sintagma nominal e do PP_{LOC}, respectivamente.

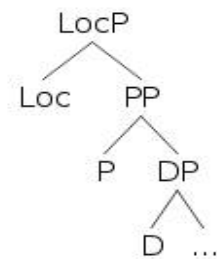
(22)



(23)



(24)



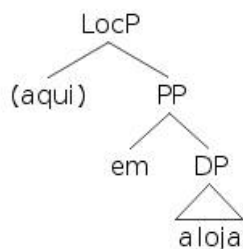
Em (22), o item C(omplementizador) corresponde ao núcleo de um CP (do inglês *Complementizer Phrase*); independentemente de ser ou não fonologicamente realizado, C deve estar presente em todas as sentenças finitas. O item T(empo) corresponde ao núcleo de um TP (*Tense Phrase*); é essa categoria que, em línguas como o inglês e o português, trazem os traços- ϕ (número e pessoa) que precisarão concordar com o sujeito da sentença. O item v(erbo leve) é a categoria funcional que nucleia o vP (*Verb Light Phrase*); dentre outras

propriedades, v atribui um papel temático (agente, causador, experienciador etc.) ao argumento externo da oração. O item V(erbo) é uma categoria lexical que nucleia o VP (*Verbal Phrase*) e atribui papel temático ao(s) argumento(s) interno(s) da sentença. Vou assumir que, no decurso da derivação, V precisa se mover até v, e o complexo v+V até T.

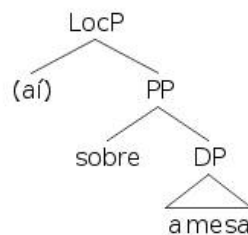
Quanto ao sintagma nominal, cuja estrutura é representada em (23), sigo a idéia de que ele é nucleado pela categoria D(eterminante), independentemente de ser ou não fonologicamente realizada. Dessa forma, todo sintagma nominal será, aqui, tratado como um DP (*Determiner Phrase*), que traz em seu interior um NP (*Noun Phrase*) e, alternativamente, projeções relacionadas a expressões como posse (PossP) e quantificação (NumP).

Quanto aos sintagmas locativos posicionados, cuja estrutura vem representada em (24), mantenho a proposta adotada em AVELAR (2006), tratando-os como projeções nucleadas por pronomes adverbiais dêiticos do tipo *aqui*, *aí* e *lá*. Esses pronomes correspondem à categoria que denomino Loc e, dessa forma, nucleiam o que chamo de LocP (*Locative Phrase*). A projeção de preposições inerentemente locativas (como *em*, *sobre*, *dentro de*, *em cima de*, *atrás de* etc.) será tratada como complemento da categoria Loc. Assim, sintagmas como (*aqui*) *na loja*, (*aí*) *sobre a mesa* ou (*lá*) *dentro de casa* correspondem a LocP, apresentando as configurações em (25) a seguir, respectivamente: os pronomes adverbiais, fonologicamente nulos ou realizados, correspondem a Loc; as preposições *em*, *sobre* e *dentro de* correspondem ao núcleo do PP que é conectado como complemento de Loc.

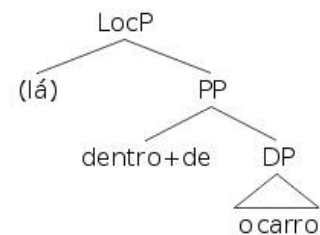
(25) a.



b.



c.

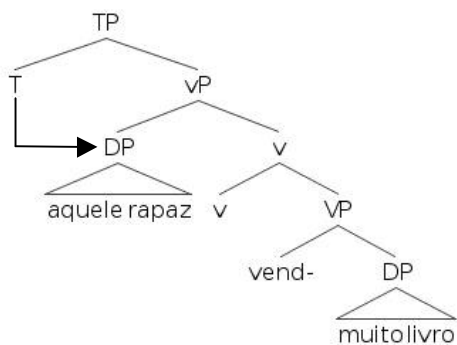


Especificamente sobre os procedimentos que levam à concordância entre os traços- ϕ de T (morfo-fonologicamente realizados junto do verbo) e o sujeito da oração, vou assumir a operação *Agree*, nos termos de CHOMSKY (2000, 2001), que se efetiva da seguinte forma: ao ser conectado à estrutura, T inicia uma sondagem em seu domínio de c-comando (o vP) para detectar um elemento que também apresente traços- ϕ (comumente um DP); uma vez que o elemento seja detectado, seus traços- ϕ valoram (são copiados em) os traços- ϕ de T.⁶

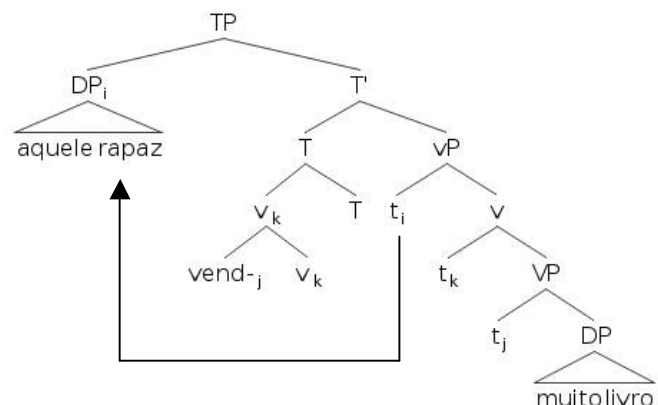
Para a sentença em (26) a seguir, por exemplo, *Agree* é ilustrada em (27a): o DP *aquele rapaz* é inserido como argumento externo em vP; ao ser conectado à estrutura, T inicia uma sondagem dentro do vP para valorar os seus traços- ϕ ; essa sondagem detecta os traços- ϕ do DP *aquele rapaz* (3ª pessoa, singular) e os copia em T. A operação seguinte deve ser o movimento do DP para a posição em que será conectado como especificador de T (doravante, [Spec,TP]). Adotando a proposta de BOSKOVIC (2007), assumo que o argumento externo precisa se mover até [Spec,TP], como indicado em (27b), para receber Caso nominativo.^{7,8}

(26) Aquele rapaz vende livros.

(27) a.



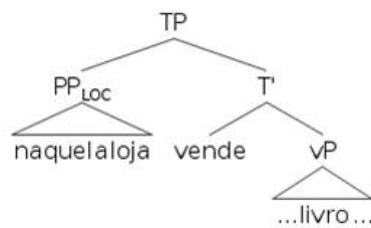
b.



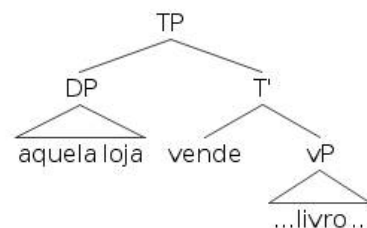
Dessa perspectiva, o que estou chamando de posição gramatical do sujeito é [Spec,TP], para onde o DP precisa ser movido de modo a ser casualmente marcado. Considerando os fatos apresentados anteriormente na seção 2, deve ser exatamente nessa posição que o PP_{LOC}

pré-verbal é licenciado, condição que o leva a apresentar as mesmas propriedades identificadas entre os sujeitos argumentais quando em posição pré-verbal. A representação de uma sentença como *naquela loja vende livro* deve ser exatamente como em (28a) a seguir: o PP_{LOC} *naquela loja* é realizado em [Spec,TP], lugar destinado ao sujeito gramatical da oração, mesma posição na qual o DP *aquela loja* se encontra conectado em (28b) .

(28) a.



b.



Na seção seguinte, vou me dedicar a duas questões que precisam ser adequadamente respondidas para validar esta hipótese: **(i) por que, diferentemente do observado no português brasileiro, a estrutura em (28a) não resulta em uma sentença bem formada no português europeu** e **(ii) que requerimento gramatical autoriza a ocorrência de PP_{LOC} em [Spec,TP]**. Esta segunda pergunta se deve, em particular, ao fato de estarmos assumindo, juntamente com BOSKOVIC (2007), que o movimento de um sintagma para [Spec,TP] se dá para garantir a atribuição de Caso nominativo. Dado que a preposição locativa (bem como qualquer preposição) presente em PP_{LOC} já é um atribuidor natural de Caso, precisamos determinar o que justifica a ocorrência desse sintagma preposicionado em posição de sujeito.

3. O estatuto nominal de PP_{LOC}

Lembremos que, na seção anterior, seguindo a análise prévia que delineei em AVELAR (2006), assumi que sintagmas locativos preposicionados apresentam como núcleo um pronome adverbial dêitico (como *aqui*, *aí*, *ali* ou *lá*), que pode ser fonologicamente nulo ou realizado. Isso quer dizer que o núcleo do sintagma locativo não é a preposição locativa à

frente do PP_{LOC}, mas o pronome adverbial que, fonologicamente realizado ou não, antecede a preposição: *(aqui) na sala, (lá) no quarto, (aí) embaixo da mesa, (lá) na sua cidade*.

Se esta idéia estiver correta, o sintagma locativo preposicionado deve tratado como um constituinte nominal, dado que os pronomes adverbiais são (por óbvio) categorias nominais. A par disso, é importante salientar que o pronome adverbial pode ser realizado sozinho na posição de sujeito, como nos casos em (a) de (29)-(30) a seguir, ou co-ocorrer, na mesma posição, junto do PP_{LOC}, como nos casos em (b). Dentro do que estou sugerindo, o pronome adverbial também estará necessariamente presente em (c) como uma categoria nula.

- (29) a. *Lá* vende muitos livros.
b. *Lá no shopping* vende muitos livros.
c. *No shopping* vende muitos livros.
- (30) a. *Aqui* dorme criança.
b. *Aqui nesse quarto* dorme criança.
c. *Nesse quarto* dorme criança.

Uma vez que corresponde à projeção de uma categoria nominal, o sintagma locativo (LocP/PP_{LOC}) não deve causar nenhum estranhamento quando autorizado a ocorrer em uma posição destinada a constituintes que precisam receber Caso. Da mesma forma, não causa surpresa que o verbo (na verdade, os traços- ϕ de T) possa concordar com LocP/PP_{LOC}, dado que qualquer forma pronominal deve ser capaz de desencadear concordância.

Há, contudo, um aparente contra-argumento a essa idéia, que envolve a possibilidade de o LocP/PP_{LOC} ocorrer no final da sentença, como nos casos a seguir.

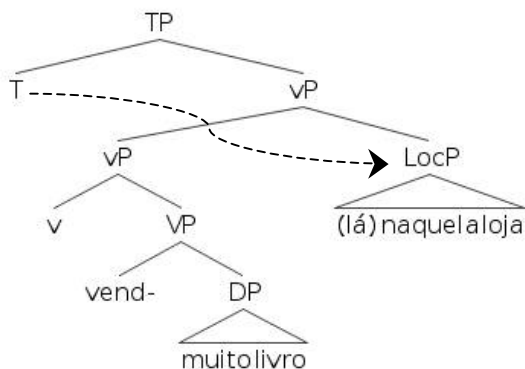
- (31) a. Vende muitos livros *(lá) naquele shopping*.
b. Dorme criança *(aqui) nesse quarto*.
c. Planta todos os tipos de legume *(aí) nessa fazenda*.
d. Estuda muita gente conhecida *(lá) na Unicamp*.

As construções acima parecem indicar duas coisas: (i) que o LocP/PP_{LOC}, apesar de ser requerido para garantir a boa-formação da sentença, não é sempre realizado na posição

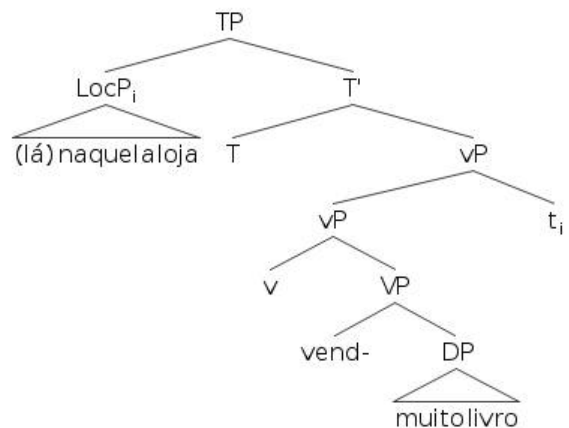
gramatical do sujeito e (ii) que, como não precisa ser realizado na posição gramatical do sujeito, não seria adequado associar sua ocorrência ao requerimento gramatical de Caso.

De fato, a posição em que o $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$ é realizado em (31) não pode ser tratada como a posição gramatical de sujeito. Contudo, considerando os pressupostos apresentados na seção 3, esse fato não invalida a análise que venho desenvolvendo até aqui. Uma vez que a operação *Agree* é estabelecida à distância (ou seja, a interação entre os traços- ϕ de T e os traços- ϕ do DP se dá antes de o sujeito ser movido para [Spec,TP]), não há qualquer problema para que T estabeleça uma relação de concordância com o $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$ quando ele se encontra “fora” da posição esperada (aliás, o modelo determina que, para a concordância ser efetivada, o elemento não pode estar em [Spec,TP] – ver o esquema em (27)). Por apresentar uma natureza inerentemente adverbial (típica de constituintes que são conectados em configuração de adjunção), vou considerar que o constituinte locativo é inicialmente um adjunto de vP, como na representação em (32a) a seguir. Nessa posição, ele pode ser detectado pelos traços- ϕ de T, que serão valorados com a marca de 3ª pessoa do singular (fato sobre o qual me detenho na próxima seção). A estrutura em (32a), portanto, deve ser exatamente a que corresponde à situação em que $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$ é realizado em posição final.

(32) a.



b.



Dessa perspectiva, o movimento de LocP/PP_{LOC} para [Spec,TP], como na representação em (32b), só é efetivado se o pronome adverbial (fonologicamente realizado ou não) entra na derivação requerendo que lhe seja atribuída uma marca de Caso. Em outras palavras, quando exige Caso, o movimento de LocP/PP_{LOC} para [Spec,TP] é desencadeado logo após a valoração dos traços- ϕ de T; quando não exige, LocP/PP_{LOC} permanece *in situ*.⁹

As construções a seguir confirmam que pronomes adverbiais do tipo *aqui*, *aí*, *ali* e *lá* mostram um comportamento dúbio no que diz respeito à marcação de Caso: em vários contextos sintaticamente idênticos, esses itens podem ou não ser antecidos de uma preposição. Tendo em vista que preposições são atribuidoras de Caso, a variação claramente indica que pronomes adverbiais podem ocorrer com ou sem uma marca casual. Assim, a diferença entre (32a) e (32b) está no fato de que, na primeira representação, o pronome adverbial que nucleia o LocP/PP_{LOC} não requer Caso; na segunda representação, a marcação de Caso é requerida, levando o constituinte a se mover para [Spec,TP].

- (33) a. Dei uma passada **aí**, e vi que você não estava.
b. Dei uma passada **por aí**, e vi que você não estava.
- (34) a. Eu liguei **lá**, mas ninguém atendeu.
b. Eu liguei **pra lá**, mas ninguém atendeu.
- (35) a. Os meninos precisaram ir **ali**.
b. Os meninos precisaram ir **até ali**.
- (36) a. Os bandidos fugiram **aí** dessa cadeia.
b. Os bandidos fugiram **dai** dessa cadeia.

Uma evidência em favor dessa análise vem das construções com verbo de alçamento apresentadas em (39)-(40) a seguir. As construções em (a) mostram que o LocP/PP_{LOC} e o argumento do verbo infinitivo podem ocorrer ao mesmo tempo em uma posição interna à oração encaixada. Contudo, quando um desses constituintes ocorre na posição pré-verbal da oração matriz, como nos casos em (b)-(c), há um requerimento que precisa ser satisfeito: o

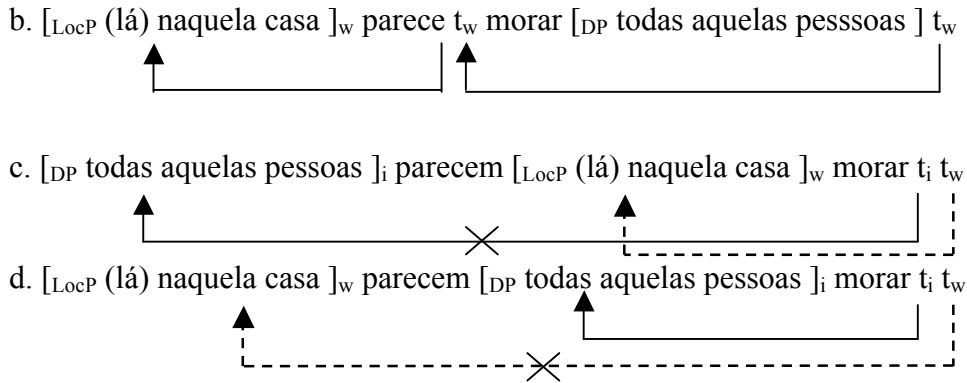
outro constituinte precisa permanecer *in situ*; se for realizado na posição imediatamente anterior ao verbo infinitivo, como em (d)-(e), a construção é agramatical.

- (39) a. Parece morar **todas aquelas pessoas** (*lá*) *naquela casa*.
 b. **Todas aquelas pessoas** parecem morar (*lá*) *naquela casa*.
 c. (*Lá*) *naquela casa* parece morar **todas aquelas pessoas**.
 d. * **Todas aquelas pessoas** parecem (*lá*) *naquela casa* morar.
 e. * (*Lá*) *naquela casa* parece **todas aquelas pessoas** morar.
- (40) a. Parece ter sido gravado **algum filme** (*aqui*) *no meu DVD*.
 b. **Algum filme** parece ter sido gravado (*aqui*) *no meu DVD*.
 c. (*Aqui*) *no meu DVD* parece ter sido gravado **algum filme**.
 d. * **Algum filme** parece (*aqui*) *no meu DVD* ter sido gravado.
 e. * (*Aqui*) *no meu DVD* parece **algum filme** ter sido gravado.

O contraste de (a)gramaticalidade entre (b)-(c) e (d)-(e) nas construções acima pode ser facilmente explicado se for assumido que o movimento para [Spec,TP], seja do LocP/PP_{LOC}, seja do DP argumental, é sempre determinado como resultado do requerimento para atribuição de Caso nominativo. Dessa forma, o DP ou o LocP/PP_{LOC} se move para o [Spec,TP] da oração encaixada infinitiva (como ilustrado em (42a) e (42b) a seguir, respectivamente) para receber sua marca de Caso; como orações infinitivas em estruturas de alçamento não são capazes de atribuir nominativo, o constituinte precisa se mover até o [Spec,TP] da oração matriz, onde esse Caso é atribuído. Isso significa que, quando um constituinte é movido para o [Spec,TP] da oração encaixada, o outro constituinte não pode “roubar a vez” e se mover até o [Spec,TP] da oração matriz, como ilustrado pelas representações em (42c)-(42d): se isso acontece, o constituinte que “fica estacionado” na oração encaixada não consegue receber Caso, resultando na agramaticalidade da sentença. Em outras palavras, o LocP/PP_{LOC} não pode requerer Caso nominativo quando o DP argumental também o exigir (e vice-versa).

- (42) a. [_{DP} todas aquelas pessoas]_i parecem t_i morar t_i [_{LocP} (*lá*) naquela casa]





4. Simplificação do paradigma flexional no português brasileiro

Resta, agora, responder à questão sobre o porquê de o português europeu não admitir a alternância a seguir, em que o sintagma nominal em posição de sujeito é antecedido da preposição locativa.

- (43) a. *Aquela loja* vende livro.
 b. *Naquela loja* vende livro.

Dentro do que venho assumindo até aqui, a variação atestada em (43) não é, a rigor, entre a ausência e a presença da preposição no constituinte em posição de sujeito, mas entre um sintagma nominal que se realiza na forma de um DP (*aquela loja*), e outro que se realiza como a projeção de um pronome adverbial dêitico sem realização fonológica, o que estou chamando de LocP. Ou seja, é apenas superficialmente que o sintagma *naquela loja* é diretamente introduzido por uma preposição; na computação sintática, esse sintagma é introduzido por um pronome adverbial que não terá realização fonológica.

A questão não deve, portanto, ser formulada no sentido de indagar sobre a razão de o português europeu não admitir um sintagma locativo preposicionado em posição de sujeito, mas sobre o porquê de a gramática dessa variedade do português não licenciar, em tal posição, um constituinte nucleado por pronome adverbial. Considerando, aliás, que o português europeu igualmente rejeita os casos em que o LocP/PP_{LOC} é realizado em posição final, como

naqueles casos apresentados em (31), a indagação sequer deve tomar como base uma possível diferença relacionada à satisfação do requerimento de Caso em [Spec,TP]. Vou sugerir que a verdadeira questão deve ser formulada nos seguintes termos: **por que a categoria T no português europeu não consegue interagir com LocP/PP_{LOC}? Ou, de outra forma, por que os traços- ϕ de T podem estabelecer relação de concordância com o pronome adverbial dêitico no português brasileiro, mas não no português europeu?**

Uma possível resposta para essa questão passa pelas diferenças observadas entre os paradigmas da flexão verbal no português brasileiro e no português europeu, fato largamente discutido na literatura sobre os contrastes entre as duas variedades.¹⁰ Como podemos observar em (47)-(49) a seguir, o português brasileiro apresenta um paradigma flexional empobrecido em relação ao do português europeu: neste, há distinção para as três pessoas do discurso no singular e no plural; naquele, essa distinção um-a-um não é observada. Ressalte-se, aliás, que, em variedades mais populares, a única distinção relevante é estabelecida para a flexão do verbo na primeira pessoa do singular, fato observado até mesmo na fala de indivíduos com alta escolaridade.

- | | | |
|------|---------------------------------------|--|
| (47) | português europeu | <i>eu canto, tu cantas, ele canta, nós cantamos, vós cantais / vocês cantam, eles cantam</i> |
| (48) | português brasileiro (culto) | <i>eu canto, você/tu canta, ele canta, a gente canta / nós cantamos, vocês cantam, eles cantam</i> |
| (49) | português brasileiro (popular) | <i>eu canto, você/tu canta, ele canta, a gente/nós canta, vocês canta, eles canta</i> |

Dentre os aspectos que chamam a atenção no paradigma do português brasileiro está o uso da flexão característica de terceira pessoa do singular (na verdade, um índice fonologicamente nulo) para marcar, no padrão culto, a concordância do verbo com um sujeito de segunda e terceira pessoa do singular e primeira pessoa do plural; e, no padrão popular, o uso da mesma flexão para marcar a concordância do verbo com todas as pessoas, exceto a

primeira no singular. Vou explorar a idéia de que a flexão característica de terceira pessoa do singular não abarca, no português brasileiro, o traço correspondente a número, mas apenas a pessoa.¹¹ Em termos da presença de traços- ϕ em T, essa idéia pode ser estabelecida da seguinte forma: **no português brasileiro, os traços- ϕ de T apresentam uma versão defectiva (T_{DEF}), em que o traço de número está ausente, fato que morfologicamente se traduz numa distinção entre uma marca para a primeira pessoa (*eu canto*) e outra para todas as demais pessoas (*tu/você canta, ele canta, nós/a gente canta, vocês canta, eles canta*). No português europeu, ao contrário, os traços- ϕ de T são sempre completos (sempre trazem os traços de número e pessoa), o que se traduz na manifestação de um paradigma flexional com distinção para as três pessoas do discurso no singular e no plural.¹²**

É plausível supor que essa diferença no paradigma flexional tenha conseqüências sobre a determinação do tipo de categoria que pode interagir com os traços- ϕ de T na operação *Agree*. No português europeu, T precisa detectar uma categoria que disponibilize traços de número e pessoa de modo a garantir que o seu conjunto de traços- ϕ seja integralmente valorado; na ausência dessa categoria, a concordância não será efetuada, resultando no fracasso da derivação. No português brasileiro, ao contrário, é suficiente para T_{DEF} interagir com uma categoria que só apresente a marca de pessoa. Esse é exatamente o caso dos pronomes adverbiais que, pela minha hipótese, nucleiam o $LocP/PP_{LOC}$: tais pronomes trazem codificado apenas a marca de pessoa (a terceira), mas não de número, o que se evidencia pela impossibilidade da sua realização no plural (**aquis, *áis, *alis, *lás*).

Em suma, esses fatos sugerem que $LocP/PP_{LOC}$ pode estabelecer relações de concordância com T no português brasileiro porque a gramática dessa língua dispõe de uma versão defectiva de T, na qual está presente apenas o traço de pessoa; no português europeu, dada a inexistência de T_{DEF} , a concordância com $LocP/PP_{LOC}$ não pode ser estabelecida. Essa

particularidade explica por que o português brasileiro, mas não o português europeu, admite construções do tipo *(lá) naquela loja vende livros* ou *(aqui) nessa loja conserta sapatos*.

5. Considerações finais

À luz de pressupostos do Programa Minimalista, este trabalho sugere que pelo menos dois fatores são relevantes para explicar os padrões de inversão locativa no português brasileiro: (a) sintagmas locativos preposicionados são, nessa língua, projeções de um pronome adverbial dêitico (e não de uma preposição) e, como tal, se configuram como constituintes nominais e (b) a versão de T com traços- ϕ defectivos (T_{DEF}) permite a um sintagma cujo núcleo só apresente o traço de pessoa (no caso, o pronome adverbial dêitico) determinar a concordância sujeito-verbo. Uma vez que, diferentemente do português brasileiro, a gramática do português europeu não dispõe de T_{DEF} , os falantes dessa língua não produzem construções em que pronomes adverbiais (e, por extensão, sintagmas locativos preposicionados) estabeleçam relações de concordância com o verbo.

Em pesquisas futuras, essa análise poderá contribuir na descrição de outros padrões de alternância sintática observados no português brasileiro, geralmente atribuídos a um estatuto de língua com proeminência de tópico ou voltada para o discurso (PONTES 1987, NEGRÃO 1999).¹³ Um deles, por exemplo, diz respeito a casos em que constituintes preposicionados não-argumentais perdem a preposição e são realizados em posição pré-verbal, concordando com o verbo, como em *Esses carros cabem apenas uma pessoa dentro* (em lugar de *Cabe apenas uma pessoa dentre desses carros*), *As cidades do litoral paulista chovem muito* (em lugar *Chove muito nas cidades do litoral paulista*) ou *Os dois carros furaram o pneu de trás* (*O pneu de trás dos dois carros furou*). Construções desse tipo podem ter emergido no mesmo pacote de mudanças que conduziu aos padrões de inversão locativa atestados no português brasileiro.

Referências bibliográficas

- AVELAR, Juanito. *Adjuntos adnominais preposicionados no português brasileiro*. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 2006.
- AVELAR, Juanito. On the emergence of “ter” as an existential verb in Brazilian Portuguese. CRISMA, Paola & LONGOBARDI, Giuseppe. *Historical Syntax and Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009a.
- AVELAR, Juanito. The comitative-copular basis of possessive-existential constructions in Brazilian Portuguese. NUNES, Jairo (org.). *Minimalist Essays on Brazilian Portuguese Syntax*, Amsterdam: John Benjamins, p. 139-160, 2009b.
- AVELAR, Juanito & CYRINO, Sonia. Locativos preposicionados em posição de sujeito: uma possível contribuição das línguas Bantu à sintaxe do português brasileiro. *Revista Linguística*, Porto, Faculdade de Letras da Universidade Porto, 2009/no prelo.
- BELLETTI, Adriana. The case of unaccusatives. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 19, p. 1-34, 1988.
- BOSKOVIC, Zeljko. On the locality and motivation of move and agree: an even more minimal theory. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 38, p. 589-644, 2007.
- BRESNAN, Joan. Locative inversion and the architecture of Universal Grammar. *Language*, Linguistic Society of America, n. 70, p. 72-131, 1994.
- BRESNAN, Joan & KANERVA, Jonni. Locative inversion in Chichewa: a case study of factorization in grammar. *Linguistic Inquiry*, Massachusetts, n. 20, p. 1-50, 1989
- CHOMSKY, Noam. *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass.: MIT Press, 1995.
- CHOMSKY, Noam. Minimalist inquiries: the framework. MARTIN, Robert, MICHAELS, David & URIAGEREKA, Juan. (orgs.). *Step-by-step: essays in minimalist syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 89-155, 2000.
- CHOMSKY, Noam. Derivation by phase. KENSTOWICZ, Michael (org.). *Ken Hale: A life in language*. Cambridge, MA: MIT Press, p. 1-52, 2001.
- CULICOVER, Peter & LEVINE, Robert. Stylistic inversion in English: a reconsideration. *Natural language and linguistic theory*, Kluwer Academic Publisher, n. 19, p. 283-310, 2001.
- DEMUTH, Katherine & MMUSI, Sheila. (1997) Presentational focus and thematic structure in comparative Bantu. *Journal of African Languages and Linguistics*, de Gruyter, n. 18, p. 1-19, 1997.
- DUARTE, Eugênia. *A perda do princípio ‘Evite Pronome’ no português brasileiro*. Tese de Doutorado, IEL/Unicamp, 1995.
- FERREIRA, Marcelo. *Argumentos nulos em português brasileiro*. Dissertação de Mestrado, IEL/Unicamp, 2000.
- FIGUEIREDO SILVA, Maria Cristina. *A posição sujeito no português brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- FRANCHI, Carlos, NEGRÃO, Esmeralda & VIOTTI, Evani. Sobre a gramática das orações impessoais com ter/haver. D.E.L.T.A., São Paulo, n. 14, p. 105-131, 1998.
- GALVES, Charlotte. O enfraquecimento da concordância no português brasileiro. ROBERTS, Ian & KATO, Mary (orgs.). *Português brasileiro – Uma viagem diacrônica*. Campinas: Editora da Unicamp, p. 387-408, 1996.
- GALVES, Charlotte. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

- KATO, Mary. The partial pro-drop nature and the restricted VS order in Brazilian Portuguese. KATO, Mary & NEGRÃO, Esmeralda. (orgs.). *The null subject parameter in Brazilian Portuguese*. Frankfurt: Vervuert - Latino Americana, p. 55-74, 2000.
- KATO, Mary. The reanalysis of unaccusative constructions as existential in Brazilian Portuguese. *Revista do GEL*, São Paulo, número especial, p. 157-184, 2002.
- LEVIN, Beth & RAPPAPORT HOVAV, Malka. *Unaccusativity: at the Syntax-Lexical Semantics Interface*. Cambridge: MIT Press, 1995.
- MARTEN, Lutz (2006) Locative inversion in Herero: more on morpho-syntactic variation in Bantu. DOWNING, Laura, MARTEN, Lutz & ZERBIAN, Sabine. (orgs.). *Papers in Bantu Grammar and Description, ZAS Papers in Linguistics*, Berlin, 43, p. 97-122, 2006.
- MARTINS, Ana Maria & NUNES, Jairo. Syntactic Change as Chain Reaction: The Emergence of Hyper-Raising in Brazilian Portuguese. CRISMA, Paola & LONGOBARDI, Giuseppe. *Historical Syntax and Linguistic Theory*. Oxford: Oxford University Press, 2009.
- MENDIKOETXEA, Amaya. Unergatives that 'become' unaccusatives in English locative inversion: a lexical-syntactic approach. COPY, Christine & GOURNAY, Lucie (orgs.). *Point de Vue sur l'Inversion. Cahiers de Recherche en Grammaire Anglaise de l'Énonciation*. Tome 9. Paris: Editions Orphys, p. 133-155, 2006.
- MOK, Sui-Sang. Locative inversion in Cantonese. *Kansas Working Papers in Linguistics*, Kansas, n 17, p 115-157, 1992.
- NEGRÃO, Esmeralda. *Português brasileiro: uma língua voltada para o discurso*. Tese de Livre-Docência, FFLCH/USP, 1999.
- NEGRÃO, Esmeralda & VIOTTI, Evani. Estratégias de impessoalização no português brasileiro. PETTER, Margarida & FIORIN, José Luís (orgs.). *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto, p. 189-203, 2008.
- PONTES, Eunice. O tópico no português brasileiro. Campinas: Pontes, 1987.
- RODRIGUES, Cilene. Morphology and Null Subjects in Brazilian Portuguese. LIGHTFOOT, David (org.). *Syntactic Effects of Morphological Changes*. Oxford: Oxford University Press, 160-178, 2002.
- SALZMANN, Martin David. Theoretical approaches to locative inversion. Dissertação de Mestrado, University of Zurich, 2004
- FERNANDEZ-SORIANO, Olga. Two types of impersonal sentences in Spanish: locative and dative subjects. *Syntax*, Blackwell Publishers, n. 2, p. 101-140, 1999.
- YIM, Changuk. Locative inversion in Korean. *Studies in Generative Grammar, Korean Generative Grammar Circle*, n. 1, vol. 15, p. 17-27, 2005.

¹ Sobre a detematização de verbos transitivos, ver FRANCHI, NEGRÃO & VIOTTI (1998) e NEGRÃO & VIOTTI (2008).

² Sobre a posição ocupada pelo constituinte locativo nas construções de inversão locativa, encaminho o leitor para trabalhos como os de BRESNAN 1994, BRESNAN & KANERVA 1989, CULICOVER & LEVINE 2001, DEMUTH & MMUSI 1997, FERNANDEZ-SORIANO 1999, LEVIN & RAPPAPORT HOVAV 1995, MARTEN 2006, MENDIKOETXEA 2006, MOK 1992, SALZMANN 2004, YIM 2005, dentre outros.

³ Sobre o estatuto da ordem VS no português brasileiro, e sua relação com o parâmetro pro-drop, ver os trabalhos de KATO (2000, 2002).

⁴ A meu ver, a concordância do verbo inacusativo ou inergativo com um argumento posposto (como em *Naquele quarto dormiram várias pessoas*) é artificial. Creio que, para a maioria dos falantes, essa concordância é aprendida via escolarização, e não por meio do processo natural de aquisição da língua, o que só um estudo mais sistemático poderá confirmar. A análise que vou delinear, portanto, pressupõe que, em termos de gramática

internalizada, a construção natural é aquela em que o verbo é realizado na terceira pessoa do singular quando o sujeito (singular ou plural) se encontra posposto (*Naquele quarto dormiu várias pessoas*). Ver KATO (2002).

⁵ O locativo pode aparecer na posição imediatamente anterior ao verbo infinitivo se recebe uma interpretação associada a foco contrastivo, como em *Parece, NAQUELA LOJA (E NÃO EM OUTRA), trabalhar muitas pessoas*.

⁶ No quadro proposto em CHOMSKY (2000, 2001), a oposição entre traços interpretáveis e não-interpretáveis é crucial para o funcionamento do modelo: os traços interpretáveis entram na derivação já valorados (como os traços- ϕ do DP), enquanto os não-interpretáveis entram sem qualquer valoração (como os traços- ϕ de T). Não faço menção a essa oposição dentro deste trabalho, embora eu a esteja assumindo implicitamente ao considerar a idéia de que, para ser valorados, os traços- ϕ de T (não-interpretáveis) precisam detectar uma categoria cujos traços- ϕ (interpretáveis) estejam valorados.

⁷ Em CHOMSKY (2000, 2001), o nominativo é atribuído ao DP como resultado da valoração dos traços- ϕ de T em contato com os traços- ϕ de D. O movimento do DP para [Spec,TP] se daria para satisfazer o traço EPP de T (entendido como um requerimento relacionado à necessidade de um núcleo ter um elemento na posição de especificador).

⁸ Estou assumindo que o argumento posposto de verbos monoargumentais são marcados com um Caso inerente partitivo, nos termos de BELLETTI (1988); quando realizados em [Spec,TP], ao contrário, esses elementos são marcados com o Caso estrutural nominativo. Sobre a atribuição de Caso acusativo nos complementos de verbos transitivos, há um claro complicador: não é fácil sustentar a idéia de que, como na marcação do nominativo, o DP complemento precisa se mover até a posição de especificador de um núcleo atribuidor de Caso. Considerando ser a categoria *v* aquela que atribui acusativo, desconheço, até aqui, qualquer trabalho que apresente evidências para a ocorrência de objetos em [Spec,vP] no português brasileiro. Vou deixar essa questão em aberto e assumir que, diferentemente do nominativo, o Caso acusativo pode ser atribuído à distância.

⁹ Possivelmente, o $\text{LocP/PP}_{\text{LOC}}$ deve ser conectado em [Spec,vP] antes de se mover para [Spec,TP]. A possibilidade de ocorrência do quantificador flutuante *tudo* (associado ao sintagma locativo) entre o verbo auxiliar e o verbo principal sugere essa possibilidade: (i) *Aqui nessas loja(s) tudo vai vender livro em promoção / Aqui nessas loja(s) vai tudo vender livro em promoção*.

¹⁰ Sobre o enfraquecimento da concordância no português brasileiro e suas conseqüências sobre as condições de licenciamento do sujeito nulo referencial, ver DUARTE (1995), GALVES (1996, 2001), FIGUEIREDO SILVA (1996), KATO (2000), FERREIRA (2000), RODRIGUES (2004), MARTINS & NUNES (2009), dentre outros.

¹¹ Ver GALVES (2001) para uma discussão sobre particularidades do traço de Pessoa no português brasileiro.

¹² Sobre conseqüências da presença de traços- ϕ defectivos (ou incompletos) em T, ver FERREIRA (2000) e MARTINS & NUNES (2009).

¹³ Em AVELAR (2009a,b), por exemplo, argumento que a emergência de *ter* como verbo existencial no português brasileiro também resulta de propriedades atreladas à sintaxe de concordância.